

# **SOCIOLOGIA E ECOLOGIA HUMANA – CONTRIBUIÇÕES PARA PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL EM ÁREAS PROTEGIDAS**

Maristela Dalmoro<sup>1</sup> & Hilton P. Silva<sup>2</sup>

Esse trabalho é parte da pesquisa intitulada "Aspectos sociológicos e ecológicos de uma área protegida do estado do Espírito Santo" e tem como referência o município de Santa Teresa, mais especificamente a comunidade que reside no entorno de uma das áreas protegidas desse município, a Estação Biológica de Santa Lúcia - EBSL. A pesquisa se propõe a investigar as condições de vida e de trabalho das famílias residentes nessa comunidade e a forma como se relacionam com o meio ambiente. O trabalho se propõe a expor como se estabelece a relação das famílias, que utilizam suas propriedade de diversas maneiras tendo como base preponderante formas de agricultura familiar, com o meio ambiente e os possíveis impactos dessa relação na área protegida.

Para garantir o seu sustento as famílias tradicionalmente exploram de forma intensiva e, freqüentemente, com pouco ou nenhum acompanhamento técnico, suas terras e os recursos naturais nelas contidos, não levando em consideração o fato de viverem na área de influência da EBSL, que tem como fundamento a preservação dos recursos naturais da região.

Foram realizadas entrevistas abertas (média 45 minutos de duração) em um total de 15 propriedades (representando cerca de 80% das propriedades do entorno da EBSL). Nestas entrevistou-se preferencialmente o casal responsável pela família ou o homem ou mulher chefe da família, sempre que possível deu-se preferência a conversar com ambos os pares do casal, embora as entrevistas tenham sido conduzidas separadamente. Foram entrevistados onze mulheres e vinte e dois homens com idades entre 27 e 94 anos, sendo a média masculina de 52 anos e a feminina de 45 anos. A mulher mais velha entrevistada tem 81 anos e o homem mais velho tem 94. O número de filhos por casal varia de 0 a 15 sendo a média em torno de 5,5. Em relação à ancestralidade, 54,5% dos entrevistados declarou ascendência italiana, 33,5% ascendência alemã e 12% têm ascendência alemã e italiana, alemã e brasileira ou italiana e brasileira. Mais de 90% dos entrevistados se declararam católicos. Cerca de 24% dos entrevistados são analfabetos, apenas 10% concluiu o segundo grau e apenas

---

<sup>1</sup> Escola de Serviço Social, UFRJ

<sup>2</sup> Departamento de Antropologia - Museu Nacional e Programa EICOS – IP, UFRJ

um indivíduo está na faculdade. O tempo de residência na propriedade varia de 16 meses a 94 anos sendo que a média é bem superior aos dez anos.

De forma compatível com a história colonial da região, e do próprio sudeste brasileiro, a maioria das propriedades é de pequeno e médio porte, situando-se entre um e 130 hectares, e o trabalho na terra é desenvolvido pela própria família, apenas com eventual contratação de mão de obra externa, temporária, durante o pico da colheita, geralmente do café ou do eucalipto. As pesquisas anteriores (SILVA et al., 2005) identificaram que na área da EBSL as propriedades são usadas principalmente para agricultura (60%), para usos múltiplos como criação de animais, micro-indústria, etc. (35%) e apenas uma pequena parcela é utilizada exclusivamente para lazer (5%). Os produtos mais cultivados são: café (63,3%), milho (46,7%), feijão (46,7%), eucalipto (40%), produtos de horticultura (40%), frutas em geral (33,3%) e bananas (23,3%). A maioria absoluta das famílias cultiva produtos para o mercado, faz uso intenso de produtos agroquímicos de diversos tipos e usa também o fogo como instrumento de “limpeza” do solo.

O fato de que mais homens do que mulheres responderam as entrevistas talvez reflita ainda um prevalente patriarcalismo nesta região, com o que é comum para áreas rurais brasileiras. Também de forma compatível com a tendência nacional, os resultados mostram que os casais mais velhos têm, em média, um total de filhos maior que os casais mais jovens. A origem geográfica e a religião indicada pela maioria das pessoas estão de acordo com a história colonial do município, que teve sua origem na grande migração italiana para o Brasil no Século XIX (BIASUTTI, 2005). A questão da ancestralidade é importante uma vez que populações diferentes têm potencialmente padrões de relação diversos com o meio ambiente e formas diferentes de lidar com a terra. A questão da religião está associada aos valores atribuídos aos sentidos de “conexão” e “dependência” em relação à propriedade, aos meios de subsistência e às formas de exploração da natureza.

Preocupante é a situação educacional na área de estudo, que é crítica como no resto do Brasil; porém aqui também observa-se um efeito temporal onde os indivíduos mais jovens apresentam um grau de escolaridade superior aos mais idosos. O longo período de residência observado na maioria das famílias está possivelmente ligado ao fato de 85% delas serem donas da propriedade em que moram e trabalham, e apenas 15% se dividirem entre empregados (10%) e meeiros (5%). Os empregados são os que

têm o tempo de residência mais curto, o que caracteriza sua situação de instabilidade e reforça a fragilidade das relações de trabalho no campo.

Por outro lado, há sempre uma certa “tensão” presente entre os moradores e os órgãos de gerenciamento das áreas protegidas da região, uma vez que esses têm como função principal limitar o acesso ao interior das áreas e prevenir atividades que possam lhes causar impactos, como a caça e as queimadas, o que reduz as atividades de coleta de produtos naturais (madeira, plantas ornamentais, comestíveis e animais), e dificulta certos hábitos e práticas tradicionais da região.

A pesquisa evidencia que as famílias reproduzem o modelo produtivo comercial o qual utiliza de forma intensa uma combinação de técnicas e insumos modernos e outros tradicionais fazendo com que, muitas vezes, a legislação ambiental e a própria existência de áreas protegidas tornem-se obstáculos a sua (re)produção econômica e social. As dificuldades próprias da agricultura familiar, muito em função do quase inexistente apoio governamental através de políticas agrícolas, se acirram na medida em que os limites impostos pelas políticas de proteção ambiental reduzem ainda mais para essas famílias as possibilidades de uso intensivo da terra e a expansão de áreas agricultáveis. Por outro lado há, também, uma certa preocupação por parte dos moradores com a preservação ambiental. Embora muitos não saibam sequer que moram próximo a uma área protegida (FONTANA et al., 2004), fica evidente em suas falas que eles têm consciência de que a terra é a provedora de sua subsistência e que a exaustão desta põe em questão sobrevivência da família e de seus descendentes. Em seu discurso, a relação que estabelecem com a terra, e o meio ambiente de modo geral, é de cumplicidade e de reconhecimento da importância da existência de áreas protegidas. Como parte da cultura vinda de seus antepassados, os imigrantes europeus, os moradores vêem a terra como o único bem que podem repassar aos seus descendentes e que esta, através do trabalho, possibilita a sua sobrevivência. Muito embora essa cultura hoje esteja mediada pelo mundo da mercadoria, que pressiona os preços de seus produtos para baixo, aumenta suas dívidas e faz com que muitos jovens anseiem por emigrar para os grandes centros urbanos e para outros países (Itália principalmente) em busca de um futuro melhor, a cultura dominante, que permeia o imaginário dessas famílias é a da necessidade da terra para sua realização social.

O que se pode constatar através dos dados coletados é que quando se trata de meio ambiente necessariamente há de se considerar que hoje, mais do que nunca, a apropriação da natureza por grande parte dos agricultores funciona como uma estratégia

de ampliação dos ganhos monetários necessários para sua sobrevivência e sua qualidade de vida. Portanto, a questão ambiental não pode ser desconectada da dimensão econômica e social e das leis que regem a economia nacional.

Em uma fase anterior do projeto foram cadastradas todas as propriedades confrontantes diretas com a EBSL (SILVA et al., 2005). Neste trabalho optou-se por não entrevistar apenas os confrontantes diretos mas ampliar a área de trabalho para incluir outras famílias agricultoras, para se poder ter uma visão também da situação mais geral da zona tampão de proteção à Estação. Os dados analisados indicam que a relação conflituosa entre agricultores e áreas protegidas não é gerada apenas pela falta de consciência destes, mas também pela necessidade de garantir ao máximo a produtividade do trabalho na terra e assegurar, com isso, a sua reprodução enquanto agricultor e sua inserção no mercado hoje cada vez mais competitivo e exigente. Conseqüentemente, qualquer política de proteção ambiental para obter resultados deve necessariamente conter um importante componente visando educação e inclusão social através de mecanismos financeiros e culturalmente sensíveis para os anseios das populações rurais

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BIASUTTI, L.C. 2005 Cronologia Histórica do Município de Santa Teresa, Espírito Santo, Brasil, 1974 a 2004. Santa Teresa, ES.
- FONTANA, A., IRVING, M. & SILVA, H.P. 2004 Percepção Ambiental e Diagnóstico do Entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa – ES: Resultados Preliminares. Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, PR, Brasil. pp. 426-435.
- SILVA, H.P., BOSCOLO, H.O., NASCIMENTO, G., OBERMÜLLER, F.A. & STRELOW, F. 2005 Biodiversity Conservation and Human Well-being: Challenges for the Populations and Protected Areas of the Brazilian Atlantic Forest. *EcoHealth*, 2:333 - 342.